

SOBRE OS MORTOS E DESAPARECIDOS
POLÍTICOS NO PARANÁ

Entendemos que o governo deve reconhecer como vítimas da repressão, não apenas os desaparecidos políticos, mas todos os que morreram em consequência das torturas a que foram submetidos, chegando, em alguns casos a cometer sucídio. Ou então como ficariam os casos de Wladimir Herzog, Manoel Fiel Filho e tantos outros que foram mortos pela repressão?

- 01) - Francisco Hardy, major reformado da aeronáutica que foi preso logo após o golpe de 1964 e confinado na Base Aérea do Bacacheri. Interrogado durante a madrugada, torturado, transferido sucessivamente de uma unidade para outra, sempre com ameaças de fuzilamento. Solto, era novamente preso, libertado e detido, colocado em celas úmidas e isoladas. Foi réu na Justiça Militar, mas o processo foi arquivado por falta de provas, por decisão do Superior Tribunal Militar. Mais tarde, tentando sobreviver, fundou a Escola Rafael Hardy, mas foi acusado de ensinar marxismo a crianças e adolescentes. Acabou se suicidando em dezembro de 1989.
- 02) - Nivaldo Chimakowski, sargento do 20º Batalhão de Infantaria em Curitiba. Quem conta a sua história é o também sargento Walmor Weis, que foi preso no dia 31 de março de 1964 em sua unidade, o 20º RI. Submetido a longos interrogatórios durante a madrugada, feitos pelo major Dalmo Bozon e coronel Waldemar Oswaldo Bianco. Quando descobriam um nome entre os papéis de Walmor, que era então secretário do Clube dos Sargentos e Subtenentes do Exército, imediatamente intimavam para interrogar. Os que se diziam amigos eram presos e muitos para se livrar, assinavam depoimentos que comprometiam Walmor Weis e outros sargentos. Em seu depoimento transcrito no livro "Resistência Democrática - A Repressão no Paraná", diz-se ele textualmente: "Alguns amigos que foram nos visitar, levando maçãs e cigarros, foram presos, foram presos e interrogados. E o sargento Nivaldo Chimakowski acabou morrendo porque era cardíaco e não suportou os interrogatórios, nem o frio e a umidade do xadrez, que tinha baratas e ratazanas.
- 03) - Henrique Ornelas Ferreira Cintra, advogado de Arapongas, Pr. Sua história é contada pelo ex-deputado e ex-prefeito de Apucarana Valmor Giavarina, que também teve problemas com os militares em 1974, sendo processado e absolvido na Auditoria da 5ª Região Militar: "Na época o clima era de terror e eu tinha medo de ser "suicidado", como aconteceu na mesma época (1973) com o advogado Henrique Ornelas Ferreira Cintra, de Arapongas. Ele foi prestar depoimentos em Brasília e voltou morto, em um caixão lacrado, com um laudo médico dizendo que ele havia se suicidado, enforcando-se com a gravata".

- 04) - Silvano Vieira dos Santos. Sua história e a de outros integrantes da frustrada guerrilha do coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório foi registrada no livro "Resistência Democrática" através de depoimento do advogado Emir Roque Dória, de saudosa memória, que teve destacada atuação na defesa de presos e perseguidos políticos durante o regime militar. Referiu-se inicialmente a Silvano Vieira dos Santos, que em 1965 foi torturado pelos militares no quartel de Foz do Iguaçu a ponto de enlouquecer, morrendo em consequência das sevícias a que foi submetido.
- 05) - Luiz Vitor Papandrea. Quando o coronel Cardim foi transferido para Curitiba, o major Joaquim Pires Cerveira comandou a operação que resultou na sua libertação do quartel do 2º/5º RO-105 no bairro do Boqueirão, contando com o auxílio do soldado Luiz Vitor Papandrea, que estava de guarda, e mais tarde foi morto pelos militares em circunstâncias ainda não esclarecidas.
- 06) - José Soares dos Santos, irmão mais novo do sargento Albery Vieira dos Santos. O estudante e vendedor de automóveis José Soares dos Santos foi morto quando se dirigia a Santo Antônio do Sudoeste, por elementos da polícia daquela cidade, com requintes de perversidade. O seu corpo foi abandonado no Parque Nacional do Iguaçu, mutilado, com os órgãos sexuais castrados, os olhos furados, as orelhas e os braços cortados.
- 07) - Albery Vieira dos Santos. Trabalhando em uma granja em Mato Grosso do Sul, só em janeiro de 1979, o sargento Albery pôde ir à região de Santo Antônio do Sudoeste para tentar esclarecer a morte do irmão (ocorrida em janeiro de 1976). No dia 6 de fevereiro Albery declarou ao jornal "Fronteira do Iguaçu", de Cascavel, que tinha reunido provas suficientes para entrar com um processo pela morte do irmão, e que confiaria o caso ao advogado Décio Freitas, de Porto Alegre. Mas no dia 11 de fevereiro de 1979 o sargento Albery Vieira dos Santos foi encontrado morto à beira da estrada entre Matelândia e Missal, por motoristas de táxi que saíam de um baile. Em seu corpo três perfurações com armas privativas do Exército.
- 08) - Antônio Heleno. O jornal "Fronteira do Iguaçu" deu cobertura ao assassinato de Albery, levantando a hipótese de que os responsáveis pelo crime pertenciam à própria polícia. O jornal foi destruído por um incêndio criminoso (conforme laudo do Instituto de Criminalística da Secretaria de Segurança do Paraná) e o seu diretor, Antonio Heleno, foi posteriormente assassinado, em circunstâncias que jamais foram esclarecidas.
- 09) - Joaquim Pires Cerveira, major reformado do Exército. Preso em 11 de abril de 1970 no Rio de Janeiro, como dirigente da Frente de Libertação Nacional, o major Joaquim Pires Cerveira foi banido para a Argélia no dia 15 de junho do mesmo ano, em troca do embaixador Von Holleben, da Alemanha Ocidental, que havia s

questrado por elementos da Vanguarda Popular Revolucionária.

Posteriormente, Cerveira foi para o Chile, onde permaneceu até a queda do governo de Salvador Allende, passando então para a Argentina, onde foi preso no dia 5 de dezembro de 1973, em circunstâncias não esclarecidas, juntamente com o estudante João Batista Rita Pereda, natural de Santa Catarina.

A prisão dos dois brasileiros foi amplamente noticiada pela imprensa argentina e motivou um protesto da Associação Gremial de Abogados, que informou a ocorrência à esposa do major Cerveira, d. Maria de Lourdes Romanizini Cerveira, residente no Rio de Janeiro. Em Buenos Ayres, d. Maria de Lourdes e a esposa de João Batista, a chilena Amélia Barrero, constituíram advogado na esperança de localizar os dois brasileiros e pleitear a sua libertação, uma vez que ambos estavam em local incerto e não sabido. O advogado Roberto Sinigaglia imediatamente passou a receber telefonemas ameaçadores, advertindo-o para que abandonasse o caso dos brasileiros.

Em Buenos Ayres ainda, a Anistia Internacional, a Comissão de Justiça e Paz, o alto comissário da ONU para refugiados Oldrich Hasselmann, assim como deputados e senadores, manifestaram-se junto ao governo ditatorial argentino, pedindo a libertação do major Cerveira e do estudante João Batista Rita Pereda. O representante da ONU, Oldrich Hasselmann, revelou posteriormente que um exilado brasileiro residente na Bélgica, denunciou a prisão ilegal em Genebra, ao alto comissário da ONU, príncipe Sadrudin Aga Khan. Denúncia esta que dizia terem sido vistos o major Cerveira e João Batista, na madrugada de 12 para 13 de janeiro de 1974, na prisão da Polícia do Exército da rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro, onde chegaram em uma ambulância fortemente guardada.

D. Maria de Lourdes nunca desistiu de encontrar o major Cerveira, vivo ou morto, recebendo sempre respostas evasivas dos órgãos de repressão, como o DOI-CODI do Rio de Janeiro, o DOPS e a Polícia Federal. No dia 19 de janeiro de 1974 o jornal novaiorquino Guardian, publicou longo artigo de Patrick Keatley. Reproduzimos os dois últimos tópicos deste artigo:

"O sr. Cerveira tinha também usado o pseudônimo de Walter de Souza. Ele é membro da liderança da FLNB - Frente de Libertação Nacional do Brasil -, organização banida que opera como movimento de guerrilha. Ele e o sr. Pereda, que tem 26 anos, exilaram-se no Chile, mas fugiram para a Argentina procurando refúgio, quando o regime de Allende foi derrubado com o golpe de 73".

"A testemunha ocular, atualmente na Bélgica, que os viu no Rio de Janeiro na manhã de 13 de janeiro, faz o seguinte relato sobre o aspecto deles quando foram levados para a prisão: Estavam amarrados juntos em posição fetal, os rostos inchados..."

dos, mostrando vestígios de sangue fresco. Estavam em estado de choque e obviamente extenuados. Foram levados para o que é conhecido como celas frigoríficas individuais. São câmaras de tortura. A temperatura interna pode ser reduzida a menos de 45 graus. O sistema nervoso do prisioneiro pode também ser afetado. Isto é feito por meio de um sistema de alto-falantes, que reproduzem os gritos de pessoas sofrendo torturas". Na lista Gregori o major Joaquim Pires Cerveira e João Batista Rita Pereda aparecem como Joaquim Pires Cerveja e João Batista Rita, respectivamente. Nenhum deles é mencionado na lista do Grupo Tortura Nunca Mais.

- 10) - João Batista Rita Pereda, estudante de 26 anos, natural de Santa Catarina, na forma descrita no item anterior.
- 11) - Theodoro Gercov, imigrante romeno que chegou ao Brasil em 1926, com seis anos de idade. Criou-se em S. Paulo e trabalhou anos como tecelão. Casado com Ana Gercov tinha uma filha, Tânia, que era estudante em 1975, quando ele foi preso em Santa Catarina, ao se desencadear a "Operação Barriga-Verde", sob a acusação de organizar um partido político clandestino. Ana Gercov entrou em contato com a Comissão de Justiça e Paz e o Comitê Brasileiro de Anistia, vindo depois a Curitiba, onde conseguiu a ajuda de Antônio Acir Breda, advogado de 21 dos 42 presos políticos de Santa Catarina arrolados no mesmo processo. Antes disso, quando Theodoro Gercov estava sendo procurado, pois ele era suplente do Comitê Central do PCB, Ana e a filha foram levadas ao DOPS de S. Paulo e ameaçadas de serem torturadas para revelar o seu paradeiro. Gercov foi preso em Barreiros, Florianópolis, às 7 horas, por cinco homens que o colocaram em uma Van e o levaram para o quartel do Exército no Estreito. No mesmo dia ele foi transferido para o DOI-CODI de Curitiba, sendo interrogado durante 30 horas sobre as suas atividades políticas. Queriam saber dos seus contatos e como Gercov não desse as respostas que os militares queriam, foi pendurado no "pau de arara", sofreu choques elétricos e o chamado afogamento até perder os sentidos. Após 10 dias de permanência no DOI-CODI, Theodoro Gercov foi reconduzido a Florianópolis, examinado por uma junta médica e internado durante um mês no Hospital dos Servidores. Saiu direto para os interrogatórios na Polícia Federal, negando sempre as acusações que havia contra ele. Como castigo, foi encarcerado durante um mês no Manicômio Judiciário. Depois ficou 15 meses no quartel da Polícia Militar em Florianópolis e, após muita insistência de Ana Gercov, foi transferido para o presídio do Barro Branco em S. Paulo, onde permaneceu por nove meses. Em 1977 foi posto em liberdade, mas 7 dias antes do

juízo a que seria submetido na Auditoria Militar de Curitiba, foi novamente preso. Sua casa foi invadida por homens armados e levaram Gercov algemado. Condenado a quatro anos foi recolhido ao presídio do Ahu, de onde saiu em liberdade condicional em 11 de junho de 1979, após permanecer três anos e 7 meses na prisão.

Em S. Paulo, Theodoro Gercov foi morar no Taboão da Serra. Introverso, quase não falava, quase não comia. Imaginava-se perseguido pela polícia e uma manhã se jogou no poço que havia nos fundos da casa e morreu, sem escrever uma carta para a esposa e a filha que tanto amava.

- 12) - Antônio Três Reis Oliveira. No dia 15 de maio de 1970 em Osasco, SP, uma equipe de agentes do DOI-CODI daquele Estado, chefiada pelo capitão de Exército Maurício Lopes de Lima, invadiu uma residência e metralhou o militante da Ação Libertadora Nacional Antônio Três Reis de Oliveira, de 21 anos. Em julho de 1979 a irmã de Três Reis, Maria do Socorro, trabalhava no Diário do Paraná e recebeu um telex de padres brasileiros residentes em Nova York, denunciando as violências praticadas contra estudantes no Brasil. Nesta denúncia constava o nome de Antônio de Oliveira e até então ela não sabia da morte do irmão.
- Com a ajuda de Paulo Marins, que era correspondente do Jornal do Brasil, Maria do Socorro obteve a confirmação de que o estudante mencionado pelos padres no exterior era Antônio Três Reis de Oliveira. A jornalista foi dúzias de vezes à Polícia Federal e ao DOPS, mas sempre lhe diziam que não havia registro sobre a prisão ou morte de Antônio Três Reis Oliveira. Até hoje a família não sabe das circunstâncias da morte daquele militante da Ação Libertadora Nacional, nem o que foi feito do seu corpo.
- 13) - José Idésio Brianesi. Segundo a reunião do Comitê de Solidariedade aos Presos Políticos, realizada em 1976 em algum ponto do território nacional, José Idésio Brianesi foi assassinado pela equipe do delegado Renato D'Andréa, do DOI-CODI de S. Paulo, no dia 14 de abril de 1970.
- Idésio era estudante de química industrial e havia se ligado à Ação Libertadora Nacional um ano antes, em Apucarana, quando optou pela luta armada, juntamente com Antônio Três Reis de Oliveira, que teve o mesmo trágico destino.
- Após o desaparecimento do filho, o motorista de táxi Paulino José Brianesi foi a S. Paulo investigar. Ficou então sabendo que foi tudo tão rápido, que quase ninguém viu nada: "Derrubaram a porta e metralharam o Idésio em cima da cama, lendo um jornal. Depois pegaram o corpo dele, jogaram em uma viatura e foram embora".
- Depois de muito peregrinar pelos cartórios e órgãos policiais e militares de S. Paulo, José Paulino Bri

anesi localizou o túmulo de José Idésio no Cemitério da Vila Formosa. Quis tirar o caixão para identificar o cadáver mas não lhe permitiram. Diziam que só depois de três anos seria possível abrir o caixão. Quando faltavam 20 dias para três anos, o desventurado pai retornou ao cemitério e notou que a cova tinha sido revolvida. Desmancharam todas as juntas e colocaram os ossos dentro de um pequeno saco plástico. Paulino Brianesi achou que não era seu filho, que tinha um metro e oitenta. Tentou obter informações junto aos coveiros e outras pessoas, mas ninguém lhe dizia nada, só o aconselhavam a ficar calado e ir embora.

Idésio tinha um Volkswagen que não foi entregue ao pai, assim como o relógio e outros pertences. Um caso que revela o alto grau de crueldade dos homens encarregados da repressão no regime militar. José Idésio Brianesi não consta na lista Gregori, mas é mencionado na lista do Grupo Tortura Nunca Mais, sob o nº 14, entre os desaparecidos em 1970.

- 14) - Paulo Stuart Wright. Em 27 de julho de 1978 a revista ISTOÉ informou que em agosto de 1974 o general Golbery do Couto e Silva, então chefe da Casa Militar do governo Geisel, compareceu a um encontro na sede da CNBB - Comissão Nacional dos Bispos do Brasil - com o cardeal d. Paulo Evaristo Arns, dirigentes da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de S. Paulo e familiares de 7 desaparecidos políticos, entre eles Paulo Stuart Wright. Golbery recebeu um documento com uma lista de 22 desaparecidos e ouviu o relato emocionado dos parentes presentes. Segundo o reverendo James Wright, Golbery admitiu que o governo estava com dificuldades para controlar a repressão. E prometeu uma resposta dentro de um mês, resposta esta que nunca houve. Filho de pastor protestante, ex-diretor da Imprensa Oficial de Santa Catarina no governo Celso Ramos, e ex-deputado estadual pelo Partido Social Progressista, Paulo Stuart foi cassado em 1964 por decisão da maioria dos membros da Assembléia catarinense, sob a alegação de que ele era comunista e nesta condição defendia os interesses dos pescadores de Florianópolis. Acabou se ligando à Ação Popular, esteve exilado no México, em Cuba e na Iugoslávia e retornou ao Brasil, sendo preso em S. Paulo e recolhido ao DCI-CODI, que era então dirigido pelo coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, que mais tarde seria acusado pela morte de Wladimir Herzog. Nunca mais se teve notícias de Paulo Stuart Wright, nem o seu corpo foi encontrado. É mencionado na lista Gregori.
-

- 01) - Salvador Tolezano. O advogado Cláudio Ribeiro, ex-líder sindical dos bancários de ~~S. Paulo~~ ^{Curitiba}, após relatar a greve dos bancários de 1968, que mobilizou a categoria em Curitiba, Fortaleza, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, afirmou no seu depoimento para o livro "Resistência Democrática" (pág. 263): "Logo em seguida realizamos o Encontro Nacional dos Bancários no edifício Martinelli em S. Paulo. Na época o sindicato de S. Paulo era dirigido por Salvador Tolezano, ~~que~~ alguns anos depois foi encontrado morto e amarrado no fundo da represa da Light em S. Paulo".
- 02) - Vânio Costa. Na lista Gregori consta como desaparecido no Chile um certo Vânio José de Matos. Mas os irmãos Vitório Sorotiuk e Nelson Saratiuk referem-se no mesmo livro "Resistência Democrática" (págs. 303 e 326) ao caso do estudante de S. Paulo Vânio Costa, torturado e morto por elementos da Polícia Federal brasileira que foram ao Chile à procura de "subversivos" e para dar assistência aos militares chilenos. Vânio Costa morreu de peritonite (inflamação no habdmem) em consequência dos maus tratos sofridos e sem nenhuma assistência médica.
-